O PT precisa de nova direção política

05/07/2005

Apresentamos a seguir a resolução adotada pelo Grupo de Trabalho Nacional (GTn) da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Reproduzimos ainda, o projeto de resolução que apresentamos em comum com outras correntes do PT na reunião da executiva nacional do partido da terça-feira (05/07). Esta proposta obteve 6 votos. Não havia acordo sobre a substituição do Presidente Nacional, portanto o tema ficou em aberto para debate na reunião do DN no próximo dia 09. A proposta apresentada pela Ação Popular Socialista que explicitava mudança na presidência nacional obteve 1 voto. A proposta da atual maioria obteve 9 votos e está disponível no site do partido.

O PT precisa de nova direção política

1. Convocação imediata do Diretório Nacional para eleger uma nova Executiva Nacional

Frente à gravíssima situação nacional e a que o partido se encontra, a Executiva nacional convoca o Diretório Nacional para o dia 9 de julho para decidir as medidas cabíveis, dentre elas:

– a recomposição da Executiva Nacional, inclusive da Presidência, de modo a que tenha condições de reorganizar as energias do nosso partido para defende-lo frente aos ataques da direita bem como para voltar à cena política como pólo de esquerda, comprometido com a ética e a transformação democrática e popular do Brasil;

– a constituição de uma Comissão de averiguação para apurar eventuais responsabilidades de dirigentes do partido face às denúncias;

– garantir a realização do PED na data prevista, afirmando que a militância do partido tem o direito de decidir – e dela dependem – os rumos do PT.

2. O PT precisa de nova direção política

A mudança necessária é maior do que substituir nomes na Executiva Nacional e do que responder sem subterfúgios às denúncias de corrupção. Essas medidas são urgentes e já deveriam ter sido tomadas, como havíamos proposto na última reunião do Diretório Nacional – e foi rejeitado pela maioria.

A atual maioria, conhecida como “campo majoritário”, faliu como direção; não dispõe de condições de defender o partido e sua história, e por isso mesmo não consegue mais unir o partido e enfrentar a direita, que se aproveita disso para nos atacar.

Defendemos uma mudança da política e do funcionamento partidários.
Em que consiste essa mudança ampla que deve ser iniciada já e vir junto com a eleição do novo Diretório Nacional em 18 de setembro? Ela surge da ampla participação dos militantes, filiadas e filiados, que participarão dos debates, eleições de direção e encontros do partido. Essa é a nossa força e é a energia para superar a crise partidária. O PT sairá mais forte dessa crise.

Nesse processo temos coerência e trajetória histórica defendendo:

– um partido autônomo em relação ao governo, que é solidário a ele mas que não se comporta como correia de transmissão e nem se confunde com a estrutura governamental;

– um partido democrático e militante, com organização de base, com direito de tendência, com direção que debate e toma posições sem ser esvaziada por um "campo majoritário" que decide antes e utiliza as instâncias como espaços homologatórios;

– um partido que defenda a democracia participativa como modo de governo coerente com um programa que ataque as causas da desigualdade social, que enfrente o poder do capital financeiro e as relações de poder imperialistas no âmbito internacional;

– um partido que defenda alianças políticas e sociais coerentes com o programa eleito pelo povo e com uma conduta ética e republicana.

São Paulo, 4 de julho de 2005.

Projeto de resolução para Executiva Nacional

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (CEN), reunida no dia 5 de julho de 2005, aprovou a seguinte resolução:

1.A oposição de direita, aliada com alguns dos maiores meios de comunicação do país, desencadeou nas últimas semanas uma enorme ofensiva contra o Partido dos Trabalhadores e contra o governo Lula.

2.Para recuperar a iniciativa, é preciso começar reconhecendo, com humildade, que nosso Partido e nosso governo cometeram erros importantes, que estão na base das dificuldades atuais, tais como a política de aliança com partidos fisiológicos. E reconhecer a necessidade de alteração na política econômica, com a retomada de uma agenda de crescimento econômico com distribuição de renda.

3.Para barrar a ofensiva da direita e retomar a iniciativa política, é preciso mudar a política econômica; reconstruir a base de apoio parlamentar e social do governo; assumir a vanguarda das investigações em curso no Parlamento; aprofundar as ações anticorrupção implementadas pelo governo; além de adotar maior rigor nas relações com o empresariado e no tema do financiamento de campanhas.

4.A CEN constitui uma Comissão especial, encarregada de analisar todas as denúncias contra dirigentes petistas, bem como o conjunto de questões envolvendo a relação com o empresariado e o financiamento de campanhas eleitorais. Esta Comissão deve apresentar, ao Diretório Nacional, no prazo máximo de 30 dias, relatório contendo um diagnóstico e propostas.

5.É necessário, ainda, recompor imediatamente a Comissão Executiva Nacional do Partido. Tal recomposição, iniciada no dia de hoje, deve ser concluída na reunião do Diretório Nacional, que é convocado para o dia 9 de julho.

6.Finalmente, a CEN conclama a militância partidária a defender o PT, fazendo do Processo de Eleição das Direções partidárias um ato de afirmação do nosso Partido, dos nossos compromissos democráticos, populares e socialistas.

São Paulo, 05 de julho de 2005.

Arlete Sampaio
Flávio Koutzii
Joaquim Soriano
José dos Reis Garcia
Maria do Rosário

Marlene da Rocha
Raul Pont
Romênio Pereira
Valter Pomar

Compartilhe nas redes: